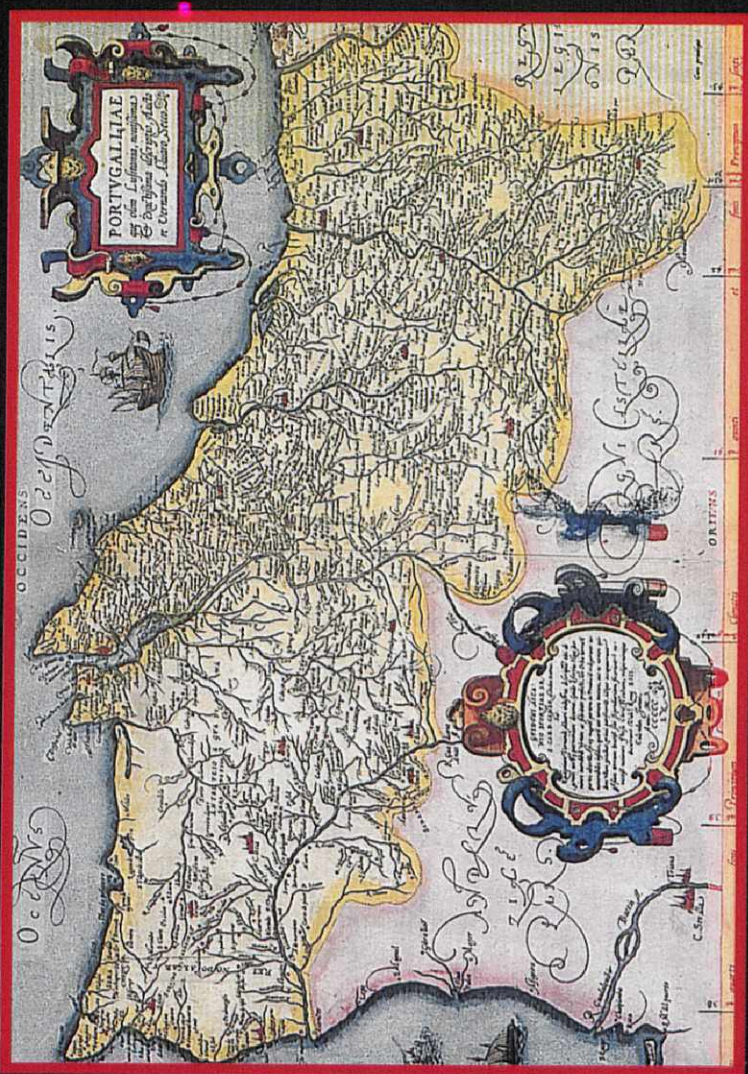


PENÉLOPE

Número 25 • 2001

Director: Nuno Gonçalo Monteiro REVISTA DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS



PP 18823

PENÉLOPE

REVISTA DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Número 25

CELTA

www.celtaeditora.pt

Rua Vera Cruz, 2B | 2780-305 Oeiras
Apartado 151 | 2781-901 Oeiras
Tel: 21 441 74 33 | Fax: 21 446 73 04
mail@celtaeditora.pt

Título **Penélope, 25**

Autor **Vários**

Distribuidor **HT - Rua Rodrigo Sampaio, 77, c/v Lisboa
Tel: 21 362 90 06/08 | Fax: 21 365 92 59**

ISSN **0871-7486**

Preço **10,47€**

CELTA
www.celtaeditora.pt

CELTA EDITORA
OEIRAS / 2001



PENÉLOPE

Revista semestral

N.º 25, Dezembro de 2001

Secretariado: Nuno Gonçalo Monteiro (Director), Mafalda Soares da Cunha, Pedro Cardim e Paulo Jorge Fernandes (Secretário).

Conselho de Redacção: Álvaro Ferreira da Silva, António Costa Pinto, António Manuel Hespanha, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Carlos Fabião, Jorge Miguel Pedreira, José Manuel Sobral, Luís Krus, Luís Ramalhosa Guerreiro, Maria Alexandre Lousada, Nuno Severiano Teixeira, Pedro Tavares de Almeida e Rui Ramos.

International Board of Advisers: Adrian Shubert (York University, Toronto), A.J.R. Russell-Wood (The Johns Hopkins University), Fernando Bouza Alvarez (Universidad Complutense de Madrid), Giovanni Levi (Università Ca' Foscari di Venezia), Isabel Beceiro Pita (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid), Jean-Frédéric Schaub (Ecoles des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris), Lilia Schwartz (Universidade de São Paulo), Luiz Felipe de Alencastro (Université Paris IV, Sorbonne), Manuel González Jiménez (Universidad de Sevilla), Michael Baum (University of Massachusetts, Dartmouth), Michèle Merger (Centre National de la Recherche Scientifique, Paris).

Propriedade do título: Cooperativa Penélope, Fazer e Desfazer a História.
Edição: Celta Editora.

Apoios: a edição deste número foi apoiada pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Capa: Paula Neves

Ilustração da capa: Fernando Álvares Seco, *Portugalliae que olim Lusitania, novissima & exactissima descriptio*, Roma, 1560.

Concepção gráfica e composição: Celta Editora

Impressão e acabamentos: Tipografia Lousanense, Lda., Portugal

Tiragem: 600 exemplares

Depósito legal: 156307/00

ISSN: 0871-7486

Preço deste número: 2100\$00; Euros 10,47

Assinatura anual 2001 (dois números): 3360\$00; Euros 16,76

estudantes e sócios da APH: 2940\$00; Euros 14,66

(juntar fotocópia de cartão identificador);

outros países: US\$35

As propostas de assinaturas devem ser enviadas para

Celta Editora, Apartado 151, 2781-901 Oeiras

[tel.: (351) 214.417.433 | fax: (351) 214.467.304

e-mail: mail@celtaeditora.pt / www.celtaeditora.pt]

ÍNDICE

Estudos

- A descrição territorial no *numeramento* de 1527-32 7
Suzanne Daveau
- Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino 41
José Pedro Paiva
- Progresso material e civilização: a economia política e a “geração de 70” 65
José Luís Cardoso
- Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1.ª década do século XX 87
João Esteves
- A impossibilidade da democracia industrial em Espanha 113
Angeles Barrio Alonso

Estado da questão

- Estudios sobre las familias de las elites en la Castilla moderna.
Estado de la cuestión: del influjo de la historia política
al de la historia social 151
Juan Hernández Franco

Ferramentas

- Ejemplo del catalogador riguroso 171
Jesús Vallejo

Leituras

- O negro no coração do império: uma memória a regastar, séculos XV-XIX
[Didier Lahon] 177
António de Almeida Mendes
- Portugal na monarquia hispânica
[Jean-Frédéric Schaub] 180
Pedro Cardim

Legislação eleitoral portuguesa, 1820-1926 [Pedro Tavares de Almeida]	187
<i>Paulo Jorge Fernandes</i>	
O exílio, os Açores e o cerco do Porto: D. Luís de Sousa Coutinho, Primeiro Marquês de St. ^a Iria, Nas Guerras Liberais [António Ventura]	192
<i>Paulo Jorge Fernandes</i>	
Civil society before democracy: Lessons from nineteenth-century Europe [Nancy Bermeo, Philip Nord]	196
<i>Tiago Roma Fernandes</i>	
Elites políticas em Évora: da I República à Ditadura Militar (1925-1926) [Manuel Baiôa]	201
<i>Filipe Ribeiro de Meneses</i>	
Armindo Monteiro: uma biografia política (1896-1955) [Pedro Aires Oliveira]	204
<i>Luís Nuno Rodrigues</i>	
Poder local e exclusão social [Fernando Ruivo]	209
<i>João Pedro Gomes Ruivo</i>	
Beyond the cultural turn [Victoria E. Bonnell e Lynn Hunt]	213
<i>Miguel Bandeira Jerónimo</i>	
The fate of "culture": Geertz and beyond [Sherry Ortner]	216
<i>Miguel Bandeira Jerónimo</i>	
Notícias	
Índices, n. ^{os} 11-25	225
Resumos / Abstracts, 241; Normas para a elaboração e apresentação de textos, 247; Proposta de assinatura, 249.	

OS PRIMÓRDIOS DO FEMINISMO EM PORTUGAL: A 1.ª DÉCADA DO SÉCULO XX

João Esteves

Sem quaisquer direitos políticos e confinadas ao tradicional, e imutável, papel de esposas, mães, irmãs ou filhas, as mulheres portuguesas, na transição do século XIX, estavam remetidas para um plano de inferioridade legal, social e cultural, pois eram consideradas umas menores perante a lei, sujeitas à tutela dos pais ou dos maridos, e enfrentavam uma elevada taxa de analfabetismo — 85,4%, em 1890; 85%, em 1900; 81,2%, em 1911 —,¹ que as condicionava nas já escassas escolhas profissionais.

A análise, a denúncia e a tentativa de inverter este panorama insustentável, começou então a mobilizar adeptas entre a pequeníssima elite feminina, composta por escritoras, médicas, professoras e educadoras, que não só questionavam os preceitos ancestrais que procuravam fundamentar a subordinação das mulheres aos homens, como aspiravam a desempenhar um papel interveniente na sociedade, em consonância com as suas reais capacidades.

Num primeiro momento, expuseram-se os principais males que as afectavam e só progressivamente, com o despertar da consciência feminina, é que as suas reivindicações ganharam forma, tornaram-se mais explícitas e inevitáveis, até que se fizeram sentir junto dos poderes políticos. No acirrar da intervenção combativa das mulheres não se pode ignorar a divulgação dos ideais feministas, em crescendo no Mundo, e a pronta adesão de intelectuais, de ambos os sexos, que passaram a reflectir em amiúde sobre eles, dando-lhes credibilidade e projecção. Sobressaem, neste núcleo, as denúncias de Alice Pestana (Caiêl),² de Bernardino Machado, de Carolina Michaëlis de Vascias, concelos,³ de Fernão Botto Machado, de Louise Ey⁴ e de Magalhães Lima. Além disso, também se foram reforçando os contactos, pessoalmente ou através das suas obras, com activistas francesas e espanholas, como Jeanne Oddo-Deflou, Concepción Arenal, Concepción Gimeno de Flaquer e Carmen de Burgos y Seguí.

Se já vai sendo possível traçar com precisão o percurso das organizações femininas⁵ e das suas protagonistas, a partir da fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em Agosto de 1908, continua a ignorar-se o período imediatamente anterior, sem o qual não é possível compreender o dinamismo que o movimento feminista acabou por ter nas décadas de 10 e 20. E à medida que vão sendo mais numerosos os Estudos Sobre as Mulheres,⁶ em particular sobre as origens do feminismo português,⁷ e que o investigador submerge nas fontes disponíveis (pefeminismo português,⁸ e correspondência),⁹ torna-se notório que ele foi mais influente, diversificado e dinâmico do que tem transparecido quando estão em causa os anos que antecederam o derrube da Monarquia.

João Esteves, Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

No entanto, prevalece ainda a ausência de uma visão de conjunto de como o fenómeno feminista se desenvolveu no país, com as contradições e inevitáveis dificuldades, e nem as suas protagonistas têm merecido maior destaque, apesar da qualidade intelectual e da capacidade combativa que evidenciaram nas primeiras décadas do século XX. Sem ignorar as contribuições historiográficas de Regina Tavares da Silva,¹⁰ Ivone Leal,¹¹ Vanda Gorjão¹² ou Rosmarie Wank-Nolasco Lamas,¹³ escasseiam desde os estudos biográficos à dissecação e análise das perspectivas feministas,¹⁴ algumas delas antagónicas, sendo mesmo inexistente qualquer pesquisa em torno das primeiras utilizações dos vocábulos 'feminista' e 'feminismo'.¹⁵ Ora em 1888, já Oliveira Martins se lhes referia, ainda que de forma pouco lisonjeira.¹⁶

Este texto, embora com as limitações inerentes ao facto da investigação estar a decorrer, procura reflectir sobre a emergência do fenómeno feminista até à constituição da LRMP, sabendo-se que foi nesse período que começou a ganhar visibilidade, mediante intensa e regular publicação de artigos na imprensa, promoção de conferências, sessões e reuniões e formação das primeiras agremiações.

Em 1905, editou-se o livro *Às Mulheres Portuguesas*,¹⁷ de Ana de Castro Osório, considerado por Regina Tavares da Silva "o manifesto do movimento feminista português",¹⁸ por abordar, "de forma muito clara e radical questões relacionadas, por um lado, com a situação da mulher, o seu estatuto legal e os condicionamentos culturais inerentes e, por outro lado, questões de índole mais teórica, sobre o feminismo, a igualdade dos sexos, o direito à educação e ao trabalho, o direito a salário igual".¹⁹ Seguidamente, o triénio 1906-1908 revelou-se decisivo, devido à conjugação de inúmeras ocorrências: constituiu-se a Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz (1906); multiplicam-se os escritos da autoria de mulheres nos periódicos republicanos; os vocábulos 'feminino', 'feminismo' e 'feminista' encimam muitos dos respectivos títulos e subtítulos; o jornal *O Mundo* passa a conter a secção *Jornal da Mulher* (1906); Ana de Castro Osório funda o Grupo Português de Estudos Feministas (1907); uma delegação de mulheres participa no Congresso Nacional do Livre Pensamento (1908); e, no mesmo ano, procede-se à realização do plebiscito às mulheres republicanas e à organização da LRMP.

Assim, e ao contrário da ideia comumente generalizada, o movimento feminista não se terá desenvolvido somente a reboque do republicanismo e da maçonaria, contou com a participação, numa primeira fase, de monárquicas e republicanas e esteve também associado ao fenómeno pacifista.

Em parte, as sementes desse impulso germinaram nos salões literários que persistiam desde finais do século XIX, onde as mulheres cultas se reuniam para debater textos da sua autoria, não tendo sido por acaso serem as escritoras a transportar para o debate público a questão feminista e a integrarem as direcções das primeiras associações: Albertina Paraíso,²⁰ Ana de Castro Osório, Aureliana Teixeira Bastos, Beatriz Pinheiro de Lemos,²¹ Cláudia de Campos, Domitila de Carvalho,²² Maria Veleda e Olga Moraes Sarmento da Silveira.²³ Outro núcleo que conjugou do entusiasmo pelos mesmos ideais foi o das médicas, entre as quais pontificavam Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo, Emília Patacho, Maria do Carmo Lopes²⁴ e Sofia Quintino. Já as professoras iniciaram-se através dos Centros Escolares

Republicanos, onde leccionavam, e a sua importância foi crescendo ao mesmo tempo que diminuía a das escritoras.²⁵

Se a princípio o ideário feminista englobou apenas uma minoria, pertencente à elite, chegou a envolver, entre 1906 e 1916, quando teve maior projecção, centenas de activistas e cerca de dois milhares de inscritas em associações que entretanto foram proliferando, estando em curso o seu recenseamento e a reconstituição dos respectivos percursos.

Envolvendo contribuições tão heterogéneas, desde monárquicas (Domitila de Carvalho, Olga Moraes Sarmiento), a republicanas (Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Maria Veleda) e libertárias (Ermelinda Rodrigues,²⁶ Lucinda Tavares,²⁷ Deolinda Lopes Vieira²⁸),²⁹ era natural que o movimento contivesse concepções diferentes, estando ainda por analisar os vários feminismos em confronto. Por exemplo, em Fevereiro de 1907, Virgínia Quaresma³⁰ considerava que o feminismo, em Portugal, tinha de se adaptar à realidade do país, onde se registava o assustador número de 2.406.245 analfabetas, não se podendo, pois, "incitar a mulher portuguesa a reclamar o direito do voto, a investir-se na autoridade de magistrado, a cair no erro desastroso de proclamar o amor livre e de tudo querer ser nos domínios políticos e morais da nossa sociedade",³¹ tanto mais que "ideias excessivamente avançadas em meios acanhados, dão resultados contraproducentes".³² Atendendo a essas condições condicionais, a mesma jornalista defendia que "é necessário que as feministas portuguesas tracem um programa criterioso de acção prática",³³ pondo de parte "exaltações ridículas, ideias prematuras, combates tão violentos como inúteis e coliguem-se fraternalmente as intelectuais portuguesas, a fim de contribuírem para que decresça este número aterrador de analfabetos",³⁴ e alvitrava que "não é, positivamente, em entrar no campo da política e perder todas as ilusões religiosas, que deve consistir a propaganda do feminismo nas condições actuais da mulher portuguesa".³⁵ "Fundem-se primeiro do que tudo escolas femininas, equilibre-se o espírito da mulher com uma educação moral forte e orientada, levante-se-lhe bem alto a noção da dignidade, inocule-se-lhe o dever da virtude e o amor da caridade. Em campo prático, sem discursos espalhafatosos, sem correrias desnorteadas é esta a missão, a verdadeira e nobre missão a que se deve por enquanto impor o feminismo em Portugal".³⁶

Ora neste mesmo período, Maria Veleda não só era uma das vozes críticas do clericalismo, como tinha outra interpretação sobre a actuação das mulheres, atribuindo-lhe um cunho acentuadamente político, quando apelava à transformação do regime através do recurso à força. E foi talvez por Maria Veleda se ter empenhado cada vez mais no discurso político, com posições de afrontamento directo aos governantes e à Monarquia, que Virgínia Quaresma, em Fevereiro de 1908, se demarcou daquele feminismo onde a mulher, devido às áridas paixões da política, "ataca entidades pessoais, que vai gesticular e combater na tribuna os representantes dos regimes governativos — essa mulher, para nós, despiu-se totalmente de todos os encantos femininos, para se converter num dragão de saias".³⁷

Depois de uma primeira polémica, em 1906, entre Maria Veleda e Virgínia Quaresma, explanada nas páginas do jornal *Vanguarda*, a coexistência pacífica de concepções diferentes aproximava-se do fim, não sendo de excluir que foi a

radicalização da luta política no período subsequente ao regicídio que terá estado na origem das rupturas definitivas e do aproveitamento, pelos republicanos, da intervenção das mulheres, com a progressiva perda de importância do conceito 'feminismo', como forma de centrar a batalha na questão da natureza do regime a implantar, em substituição da Monarquia.

Seguidamente, abordar-se-ão alguns dos marcos que contribuíram para a génese do feminismo em Portugal, ainda que encadeados numa sequência cronológica, de forma a tornar mais visíveis as ligações entre cada uma destas 'etapas'. Através deles, apercebemo-nos que o leque de dirigentes e de activistas foi mais amplo, com intervenções, por exemplo, de Beatriz Pinheiro, de Virgínia Quaresma, de Lucinda Tavares, de Maria Clara Correia Alves³⁸ e de Olga Moraes Sarmento, em simultâneo com a de Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete e Maria Veleda. Não se pode mais reduzir o combate feminista à figura cimeira de Castro Osório, destacando-se, no debate ideológico dos anos 1906 e 1907, Virgínia Guerra Quaresma, diplomada pela Escola Normal e pelo Curso Superior de Letras, e que se tornou a primeira jornalista profissional portuguesa. Devido ao prestígio que granjeou e ao conteúdo dos seus escritos, foi inclusivamente indicada para reger, na Universidade Popular (1907), uma cadeira de feminismo.³⁹

Pacifismo e feminismo

Não é possível analisar a emergência do fenómeno feminista sem o relacionar com a divulgação das ideias pacifistas, nomeadamente através da Liga Portuguesa da Paz, fundada em 1899 e que, em 1906, dispunha de uma Secção Feminista, e do comité português da agremiação francesa La Paix et le Désarmement par les Femmes, formado em Dezembro desse ano.

Secção feminista da Liga Portuguesa da Paz

Constituída em 18 de Maio de 1899, por iniciativa de Alice Pestana, que era a sua Presidente, a Liga Portuguesa da Paz contou, desde o princípio, com a adesão de várias mulheres, cujos percursos se confundirão com a militância feminista: Auna Rocha era a Tesoureira; Beatriz Pinheiro que, convicta do papel das mulheres na defesa da Paz Universal, foi a sua delegada, juntamente com o marido, em Viseu; e Jeanne de Almeida Nogueira⁴⁰ exerceu as funções de Secretária da *Corres- Désarmement par les Femmes*, militante da Liga e fundadora da Associação de Propaganda Feminista.⁴¹ Quanto a Ana de Castro Osório, recusou o convite para ser a correspondente e representante da Liga em Setúbal, por duvidar da sua capacidade para acabar com as guerras.⁴²

Com o engrossar das adesões, formalizou-se, em 18 de Maio de 1906, a Secção

Feminista da Liga Portuguesa da Paz, através da realização de uma sessão presidida por Olga Moraes Sarmento da Silveira e secretariada por Emília Patacho⁴³ e Do-da por Olga Moraes Sarmento da Silveira e secretariada por Emília Patacho⁴³ e Do-mitila de Carvalho. Para além da presidente daquele núcleo, Olga Moraes Sarmento, discursaram a médica Maria do Carmo Lopes, nome que, em Maio de 1911, integrou o núcleo fundador da Associação de Propaganda Feminista, e Teófilo Braga, tendo assistido Madame Alphen Salvador, apresentada como secretária do Conselho Nacional das Mulheres Francesas e fundadora da Escola Laica das Enfermeiras de Paris.⁴⁴

Segundo Virgínia Quaresma, secretária da direcção, tratou-se do primeiro episódio público declaradamente feminista, passando-se das palavras aos actos de intervenção individual à força colectiva,⁴⁵ tendo, em Junho, sido editado o opúsculo *Problema Feminista*,⁴⁶ contendo o discurso de Olga Sarmento da Silveira. Colmele, Olga Sarmento, que conheceu pessoalmente Carmen de Burgos y Seguí (Colombine) e Concépcion Gimeno de Flaquer, tendo-se socorrido de informações históricas desta autora na sua conferência, revela uma concepção feminista bastante restrita e retrógrada, pondo a tónica na educação das mulheres de forma a prepará-las para serem melhores mães e educadoras dos seus filhos, e teceu elogios à rainha D. Amélia, por ter fundado a 'Assistência Nacional aos Tuberculosos', beneficiando a mulher e a criança. Se desejava "a mulher ilustrada, a mulher habilitada a empreender a luta pela vida — é por ter a certeza matemática, que, nestas circunstâncias, a mulher será muito melhor esposa e muito melhor mãe",⁴⁷ e rejeitava publicamente uma alteração radical do papel da mulher na sociedade, propondo somente a sua instrução, para se livrar da sua ignorância e, assim, "se colocar no mesmo nível do homem e tornar-lhe suave a existência para a luta pelo *struggle for life*".⁴⁸

Cláudia de Campos era outra das escritoras que integrava a respectiva direcção, mas nenhuma das futuras dirigentes feministas mais conhecidas, como Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo ou Maria Velede, integraram o núcleo de activistas, tendo esta última chegado a ser acusada, por Virgínia Quaresma, de não nutrir simpatia pela agremiação pacifista.

Comité Português de 'La Paix et le Désarmement par les Femmes'

Criada em 1899, em França, por Sylvie Flammarion, a associação 'La Paix et le Désarmement par les Femmes' ('A Paz e o Desarmamento pelas Mulheres') visava resolver os conflitos internacionais mediante o recurso à arbitragem, implantando comités nos diversos países, constituídos somente por mulheres e tendo, cada um, a sua responsável nacional, subordinada à dirigente francesa. Na sequência de uma reunião realizada em Paris, em Novembro de 1906, deliberou-se convidar Madame Frondoni Lacombe para organizar, em Portugal, um núcleo desta associação pacifista,⁴⁹ o que se verificou de imediato. Os corpos gerentes ficaram constituídos por várias sensibilidade, predominando as escritoras e médicas, sendo sobejamente conhecido o percurso de muitas delas, tanto no âmbito literário como na militância republicana e feminista: Sylvie Camille Flammarion, presidente

fundadora com residência em Paris; Madeleine Frondoni Lacombe (escritora), vice-presidente; Virgínia Quaresma (diplomada pelo Curso Superior de Letras), Secretária-Geral; Maria do Carmo Lopes (médica), tesoureira; Adelaide Cabete (médica), Albertina Paraíso (poetisa e jornalista), Aureliana Teixeira Bastos (poetisa), Carolina Beatriz Ângelo (médica), Claudia de Campos, Domitila de Carvalho (médica e directora do Liceu Feminino Maria Pia) e Emília Patacho (médica), vogais.⁵⁰

Com sede provisória em Lisboa, na Rua de Santo Antão, 193, 3.º, a primeira reunião decorreu a 6 de Dezembro e, para além de se ter discutido os Estatutos franceses, de forma a adaptá-los à realidade nacional, deliberou-se, por aclamação, que Magalhães Lima seria sócio honorário e Alice Pestana, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Jeanne Paula Nogueira e Olga Moraes Sarmento da Silveira, "senhoras que, a par do espírito culto e brilhante com que se têm destacado no nosso meio intelectual, têm prestado ao ideal pacifista relevantes serviços",⁵¹ sócias beneméritas.

No entanto, Albertina Paraíso, uma das vogais, em carta à amiga Ana de Castro Osório, e ao esclarecê-la sobre esta agremiação, relatou, de forma pouco lisonjeira, não só o que se passou na reunião fundadora, onde esteve presente Magalhães Lima, como se mostrou descrente quanto à possibilidade do desarmamento ser feito pelas mulheres, parecendo pouco confiante no futuro da secção portuguesa. Aliás, o que transparece das palavras de Albertina Paraíso é incredibilidade quanto à solidez e maturidade do projecto, sendo demolidoras as suas opiniões sobre Madame Camille Flammarion, que "do seu íntimo convívio com o marido, passou, o q. não admira, a viver nos astros"⁵² e sobre Madame Lacombe, "espírito inteligente e culto, sem dúvida, mas algo nefelibata, entendeu por bem q. talvez não fosse mau viver nas nuvens, e eis q. de quando em quando reúne as suas vogais... e lá vamos p.ª as nuvens, trabalhar p.ª o desarmamento feito por nós! Mulheres deste século, com esta educação e estas [?]... Pobre M.ª Lacombe na sua boa ingenuidade! Aíres! da há por cá destes espíritos, com estas crenças! O desarmam^{to} feito pelas mulhe-
res!"⁵³

Em 1909, coincidindo com a efervescência política que se vivia em Portugal e a intensificação da propaganda republicana, Adelaide Cabete e Carolina Beatriz Ângelo demitiram-se da organização,⁵⁴ sendo então duas das dirigentes da Liga Republicana das Mulheres que mais contribuíram para a credibilidade deste projecto.

No discurso proferido no "Banquete da Paz", de 22 de Fevereiro de 1907, Virgínia Quaresma reafirmou as estreitas ligações entre feminismo e pacifismo: "O fervorosos adeptos. E não é estranho que estes dois ideais se compreendam, se fundam, se mergulhem no mesmo sonho de luz e de amor".⁵⁵ Por explicar está o facto de se terem criado, com um intervalo de seis meses, duas agremiações com características idênticas e com algumas responsáveis comuns, não sendo de excluir

que na origem dessa dispersão de esforços tenham estado questões pessoais e de natureza política ainda por desvendar.

Também não pode deixar de suscitar algumas interrogações o apoio que as principais dirigentes deram, na década seguinte, à intervenção de Portugal na Grande Guerra, proporcionando um corte abrupto com algumas das suas origens e com correntes do feminismo internacional, patente na recusa em participar no Congresso de Haia, em 1915, em parte devido às posições nacionalistas defendidas por Ana de Castro Osório, que criou a Comissão Feminina 'Pela Pátria' (1914) e foi a principal dinamizadora da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916).

Textos femininos/feministas

A partir da viragem do século, os textos de mulheres irromperam por toda a imprensa,⁵⁶ reflectindo sobre a sua condição e, a pouco e pouco, surgiram os apelos a que as suas autoras, e todas as que concordavam com essas opiniões, se organizassem, de forma a fazer prevalecer os seus pontos de vista, começando a delinear-se uma real aproximação entre muitas vozes dispersas, que desembocará na criação de diversas organizações.

Mesmo no final do século XIX, e durante dois anos, a revista de Viseu Ave Azul (1899-1900), dirigida por Beatriz Pinheiro e Carlos de Lemos, desempenhou papel pioneiro no despertar das consciências femininas, ao inserir uma série de artigos dedicados à 'Emancipação da Mulher', da responsabilidade daqueles editores. Neles, discutiu-se acaloradamente a educação da mulher e a problemática feminista, impelindo-se as mulheres à luta, para "que reivindicuem os seus direitos, que façam por conquistar a igualdade civil e política, que sejam nos bancos das Escolas as dignas rivais dos mais inteligentes e dos mais estudiosos".⁵⁷

A mesma revista acolheu a colaboração de Maria Veleza, pseudónimo de Maria Carolina Frederico Crispim, então directora duma pequena escola primária da província, que entrou na discussão com o texto "A emancipação feminina",⁵⁸ onde evocou, com base na sua própria vida, as dificuldades que enfrentavam as mulheres que procuravam tornar-se independentes pelo seu trabalho.

As revistas femininas

Posteriormente, e já no contexto da edição de imprensa dedicada especificamente às mulheres, as revistas Sociedade Futura (1902-1904), dirigida por Ana de Castro Osório e, depois, por Olga de Moraes Sarmiento da Silveira, e Alma Feminina (1907-1908) corresponderam ao incremento da capacidade aglutinadora das intelectuais portuguesas em defesa de um outro estatuto na sociedade.

Sob a responsabilidade de Albertina Paraíso, e com Virgínia Guerra Quaresma desempenhando o papel de redactora principal durante os 24 números, esta

última revista publicou escritos feministas, entrevistou Guerra Junqueiro, Lopes de Mendonça e João Chagas sobre o seu pensamento em torno desta temática e contou com a colaboração das escritoras Ana de Castro Osório,⁵⁹ Angelina Vidal, Beatriz Pinheiro, Branca de Gonta Colaço, Cláudia de Campos, Domitila de Carvalho, Lucinda Tavares, Madeleine Frondoni Lacombe, Maria Veleda e Olga Moraes Sarmento da Silveira. No entanto, e como notou Lucinda Tavares, a revista não satisfazia "completamente os nossos ideais educativos e cívicos",⁶⁰ mostrando-se esprezada que "há-de ir lentamente evolucionando, inserindo nas suas páginas mais artigos educativos e instrutivos e menos versos amorosos".⁶¹

Apesar das reduzidas tiragens e da componente essencialmente literária constata-se que entre as colaboradoras se encontram as principais referências do feminismo português da 1.ª década do século XX.

A imprensa republicana

Mas foi com a imprensa republicana, com indiscutível impacte nos centros urbanos, que a produção escrita das feministas ganhou outra dimensão e visibilidade, sendo de destacar os periódicos *O Mundo*, *Vanguarda* e *A República* como principais veículos difusores. O folhear, atento e demorado, destes deixa transparecer como se processou a emergência do movimento feminista e se a esmagadora maioria das líderes e activistas não editou qualquer obra dedicada a esta temática,⁶² assinaram, pelo contrário, muitas dezenas de textos, a que há que acrescentar os discursos e palestras que proferiram em sessões, reuniões, conferências, comícios e festas e que a imprensa transcreveu, por vezes, na íntegra.

O Jornal da Mulher

Praticamente um mês após a constituição do núcleo de mulheres da Liga Portuguesa da Paz, em 25/6/1906, iniciou-se a publicação do *Jornal da Mulher*, secção de *O Mundo*, que depressa se tornou num dos pilares informativos das iniciativas estrangeiras, bem como do que ia acontecendo em Portugal nesse campo. O *Jornal da Mulher* é apresentado como "uma publicação singela e concisa, sem artifícios de forma ou racionalismos metafísicos e que ponha o elemento feminino ao corrente de tudo o que verdadeiramente lhe pode interessar, tanto no seu viver íntimo, no seu santuário doméstico como nas suas relações com o mundo e com a sociedade",⁶³ fornecendo às leitoras "notícias e impressões do movimento das ciências, das letras, da arte e da política, principalmente aquelas em que possamos atribuir à mulher uma parcela de influência e um brado de triunfo".⁶⁴ "Mas o nosso programa não se limitará a este âmbito excessivamente feminista para o nosso meio. No empenho de a todas as mulheres portuguesas poder interessar esta secção, pomos a nossa pena ao serviço das exigências das mais caprichosas, informando-as de assuntos de modas, de regras de *savoir vivre*, de todos esses pequenos cambiantes, enfim, que constituem o grande tom das sociedades mundanas. Desejando dar também à *ménagère* uma carinhosa prova de interesse, falaremos, neste intuito,

alternadamente de economia doméstica, de higiene, inseriremos receitas úteis, colocando assim a dona de casa numa atmosfera familiar e amorável".⁶⁵ Além disso, a mesma coluna mostrou-se receptiva a "toda a colaboração feminina de valor que nos seja enviada para esta secção por senhoras; ainda nesta cláusula *O Mundo* vem obedecer ao amor que o liga ao feminismo português, facultando-lhe, deste modo, a sua entrada e indispensável cooperação nas lides jornalísticas".⁶⁶

Dispunha de uma *Crónica Feminista*, assinada, por vezes, por Virgínia Quaresma; divulgava textos de autoras e pensadores feministas; dedicava espaço às mulheres que, por qualquer razão, se destacavam, ilustrado com a respectiva fotografia; inseria citações sobre a emancipação feminina; e pronunciava-se sobre todas as temáticas que lhe diziam respeito, considerando aquela jornalista que, nas suas páginas, "são emitidas opiniões feministas, artigos de propaganda educativa não somas ladeados [...] de uma atmosfera familiar para que a mulher portuguesa não sofra subitamente a diferença dos elementos de meio a que está aclimatada e não fuja espavorida do *Jornal da Mulher*, e das feministas".⁶⁷ Para além de reflexões sobre a educação e instrução das mulheres e das crianças e sobre algumas profissões femininas, também nunca descurou as notícias internacionais e deu voz a pequenos textos de Ana de Castro Osório, que escreveu, entre outros assuntos, sobre as flagrantes injustiças do Código Civil, e de Lucinda Tavares, então aluna da Escola Normal de Lisboa, que apelou às mulheres para que se lançassem "as bases duma agremiação feminista, onde, por meio de conferências, preleções e outros meios educativos e instrutivos, se procure arregar ao nosso sexo o amor pela pátria, pela igualdade, pela conquista dos direitos a que temos jus, por tudo que possa, enfim, contribuir para a emancipação política, intelectual e moral da mulher portuguesa".⁶⁸

Transformado num espaço aberto à discussão, foi ainda no *Jornal da Mulher* que Lucinda Tavares explicitou a sua concepção de feminismo, considerando-o como "a reacção contra todas as ignomínias, injustiças e desigualdades de que é vítima a mulher portuguesa, mesmo dentro da sua esfera de criatura delicada, sensível e sentimental"⁶⁹ e visando três fins primordiais e únicos: "1.º Educar a mulher em princípios de liberdade e independência, para que ela eduque seus filhos sob o sagrado lema. 2.º Conquistar-lhe os direitos a que tem jus, porque não pode haver a nítida compreensão de dever sem usufruição de direito. 3.º Dadas as razões de ordem económica com que temos de lutar, que seja lícito à mulher, como o é ao homem, escolher entre os ramos da actividade humana, no extenso e variadíssimo campo do comércio, da ciência, das artes e das letras, aquele porque optar o seu espírito, a sua inteligência, as suas tendências naturais".⁷⁰ E, no mesmo texto, Lucinda Tavares reafirmava a aspiração das mulheres a serem não só eleitoras mas também elegíveis, pois "quem melhor do que ela pode advogar a sua causa de justiça, quem melhor do que ela pode proteger a sua causa de justiça? Quem melhor do que ela pode reclamar contra a infame exploração industrial e capitalista de que é vítima a mulher operária nas fábricas e ateliers?"⁷¹

A mesma coluna desempenhou acção fulcral na campanha em prol do divórcio, desencadeada com maior intensidade a partir de 1909, tendo suscitado esse debate e publicado opiniões favoráveis à aprovação daquela lei pelo Parlamento. Dentro do mesmo espírito, inseriu ainda uma extensa lista de cerca de 250

personalidades ligadas à política, ao jornalismo e ao mundo cultural, abrangendo crenças e doutrinas diferenciadas, que também o apoiavam.

A orientação dessa secção esteve na origem de uma das primeiras polémicas públicas, neste caso entre Maria Veleda que, no jornal *Vanguarda*, teceu algumas críticas,⁷² e Virgínia Quaresma, que interveio em sua defesa.⁷³

Vanguarda

Sem dúvida um dos jornais mais importantes da causa republicana, a *Vanguarda*, propriedade de Magalhães Lima, foi-o também do ideal feminista, sendo através das suas páginas possível reconstituir muito do percurso inicial.

Para além de dar destaque às reuniões, e respectivas actas, da Liga Portuguesa da Paz e do Comité português 'A Paz e o Desarmamento pelas Mulheres', instituiu, a partir de 1906, a secção 'Galeria Feminista' ou 'Galeria Feminina', onde evidenciou figuras, nacionais e internacionais, publicando, na primeira página, a fotografia acompanhada de dados biográficos.⁷⁴ A partir de 2/3/1907, começou a publicar "os nomes das pessoas que se têm inscrito como sócios do grupo auxiliar português da associação francesa La Paix et le Désarmement par les Femmes, e cujo elevado número nos demonstra o entusiástico acolhimento que entre nós vai tendo o ideal pacifista",⁷⁵ verificando-se entre as adesões, de ambos os sexos, muitas que ingressaram posteriormente nas agremiações feministas (Emília de Carvalho Gonçalves,⁷⁶ Jeanne de Almeida Nogueira).

Acolheu, a partir de 1906, a colaboração regular de Maria Veleda que, para além da polémica inicial travada com Virgínia Quaresma, assinou numerosos textos, quase todos de enorme relevância, sobre a educação e instrução das crianças, o livre-pensamento, os marinheiros presos e condenados, a religião e a Igreja, o proletariado feminino e os acontecimentos políticos mais notórios, sendo impossível compreender as ideias da professora sem recorrer a este manancial de escritos. Mulher frontal e corajosa, o seu estilo directo e, por isso mesmo, polémico, causou-lhe alguns engulhos, nunca tendo abdicado de escrever o que pensava e que considerava justo no momento. Entre os mais contundentes, encontra-se o texto 'A propósito...', escrito após o regicídio, onde a autora denunciou o comportamento das senhoras que então se vestiram de luto e termina criticando, impiedosamente, a Monarquia: "A morte de um rei, sobretudo se ele não soube fazer-se amar do seu povo, é um facto tão comum como a do último dos seus vassallos. Não é uma perda que afecte um povo, sobretudo se ele não for um rei legitimamente nacional. Morreu um rei? Antes ele de que um Homem! Os reis porque se embalsamam, são inúteis até na morte. Mas os homens, na eterna decomposição da matéria, vão dar vida aos vermes e colorir o seio perfumado das rosas!"⁷⁷ E tal sucesso ele teve que o jornal se esgotou, sendo, de novo, publicado uns dias depois, com o mesmo êxito.⁷⁸

O mesmo periódico editou discursos e intervenções em colectividades republicanas, sendo também insubstituíveis no acompanhamento da evolução das suas posições, frequentemente extremadas, e, seguindo a tendência de outra imprensa, também criou, no último semestre de 1908, uma secção destinada às mulheres, sob a responsabilidade desta professora, intitulada 'A Missa Democrática'.

A República

Publicado a partir de 1908, e dirigido pelo médico Artur Leitão, *A República* contou com duas importantes colunas da responsabilidade de mulheres: Ana de Castro Osório assegurou a coluna 'Por Alto', onde se propunha fazer "a simples anotação à vida moderna, sob o ponto de vista educativo e feminista";⁷⁹ e Maria Veleda dirigiu 'A Secção Feminina', para, a par de transcrições de excertos relacionados com os interesses das mulheres, dar voz ao núcleo das activistas identificadas com o republicanismo.

Por seu lado, Ana de Castro Osório procurou "apontar à mulher portuguesa, sob uma forma justa e sincera, o caminho direito por onde se aprende a ser uma criatura individual; com ideias suas, com actos de sua responsabilidade, com a altivez própria de quem tem a consciência de merecer o alimento de que se sustenta o corpo e a alma, o fato que veste, a alegria sã que acompanha os espíritos equilibrados e justos",⁸⁰ pronunciando-se sobre o feminismo, a educação das mulheres, a reforma do Código Civil, a política, a instrução, o trabalho feminino, a assistência pública, o sufrágio universal, o casamento e o divórcio e, finalmente, a Liga Republicana das Mulheres.

Quanto à secção *A Tribuna Feminina*, que começou a ser publicada em 1 de Junho de 1908, se não pretendia ocupar-se "exclusivamente da questão feminista no seu falso aspecto, que é o mais conhecido e o mais combatido — das reivindicações femininas, perante a desigualdade social de indivíduos de sexos diferentes",⁸¹ também não punha "de parte este assunto de uma actualidade palpitante, e que tanto interessa ao bem estar da humanidade",⁸² procurando "entremeá-lo de outros assuntos, que prendam e se imponham à sensibilidade, à curiosidade e às tendências artísticas da mulher portuguesa".⁸³ Do que não se falaria era de modas, bordados e outros temas idênticos, tal como se esclareceu no texto explicativo da secção, provavelmente da autoria de Maria Veleda: ela consagrar-se-ia, de preferência, aos "assuntos que mais estreitamente se relacionam com a emancipação da Humanidade. Feminismo é uma palavra estreita e dum critério restrito. Humanitarismo é tudo: é a liberdade individual, civil e económica da mulher; é a educação da mulher futura, emancipada do preconceito, da tutela, do parasitismo; é a educação da criança, feita em moldes novos, divorciada da rotina, num alto e sublime anseio de Perfeição e de Igualdade".⁸⁴

A secção publicou escritos de Maria Clara Correia Alves e de Beatriz Pinheiro, divulgou textos de Adelaide Cabete, nomeadamente sobre a higiene das mulheres, protecção às grávidas pobres e a amamentação, deu a conhecer extractos de artigos publicados por outros periódicos, dedicou espaço a algumas das companheiras (Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Beatriz Pinheiro, Sofia Quintino)⁸⁵ e promoveu um importante plebiscito às mulheres portuguesas. Inseriu, ainda, uma interessante reflexão de Maria Veleda sobre a questão do divórcio, onde manifestou dúvidas sobre a sua utilidade para as mulheres, divergindo, pois, das posições defendidas por Ana de Castro Osório e Maria Clara Correia Alves.

Grupo Português de Estudos Feministas

O Grupo Português de Estudos Feministas surgiu em 1907, num momento de intensa discussão, e constituiu um marco ao tornar-se a primeira agremiação que assumiu a palavra feminista na sua designação, o que já não se repetirá no ano seguinte, com a constituição da LRMP.

Presidida por Ana de Castro Osório, teve a adesão de várias professoras e das médicas Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo e Sofia Quintino,⁸⁶ e procurou difundir os ideais feministas e doutrinar as portuguesas através da constituição de uma biblioteca especificamente virada para os seus interesses, propondo-se "publicar diferentes estudos que tenham por assunto: A propaganda feminista no seu aspecto geral".⁸⁷ "Tudo quanto é relativo à mulher, e à educação infantil a cargo da mulher, caberá nesta biblioteca, visto que é a primeira que no nosso país se inicia destinada a estudar os problemas sociais sob o ponto de vista feminista, e especialmente se dirige às mulheres portuguesas e brasileiras, que até aqui apenas têm tido por homenagem as coleções dissolventes de várias bibliotecas românticas".⁸⁸ Por isso, para além do folheto de Ana de Castro Osório, esteve prevista a edição do livro *A Conquista*, de Maria Veleda, que se encontrava já no prelo,⁸⁹ e uma recolha de textos de Beatriz Pinheiro.

Na reunião nocturna de 23 de Julho de 1908, talvez numa das suas últimas decisões, o Grupo deliberou enviar um telegrama de adesão ao Congresso Feminista de Paris,⁹⁰ respondendo, assim, à interrogação do *Jornal da Mulher* sobre se Portugal se faria representar e à dúvida acerca do "que fazem as feministas portuguesas ou, pelo menos, as que querem passar por isso".⁹¹

A Tese "Feminismo": O Congresso Nacional do Livre Pensamento

Amobilização das forças feministas teve um dos momentos mais significativos em Abril de 1908, no Congresso Nacional do Livre Pensamento, quando compareceram com uma numerosa delegação (Adelaide Cabete, Amélia Levy de Sousa Lobo,⁹² Ana Maria Gonçalves Dias,⁹³ Ermelinda Rodrigues, Judite Pontes Rodrigues,⁹⁴ Lucinda Tavares, Maria Clara Correia Alves, Maria Veleda, Rosalina Ferreira e Sofia Quintino),⁹⁵ e apresentaram a Tese 'Feminismo',⁹⁶ da autoria de Ana de Castro Osório. Tratando-se do primeiro texto eminentemente reivindicativo e programático quanto às linhas de acção a seguir, aí foram expressas as principais exigências que surgiram, com regularidade, durante a década seguinte, tendo-se preconizado o "reconhecimento da absoluta liberdade da mulher, com relação ao exercício de todos os direitos individuais, civis, políticos e profissionais"⁹⁷ e exigido a educação intelectual, moral e física da mulher; o direito a ter uma profissão, que a habilitasse a "lutar contra a prostituição e a miséria",⁹⁸ embora os "livre-pensadores reconheçam que, na sociedade actual, o trabalho salariado, especialmente

promíscuo, é frequentemente incompatível com a dignidade da mulher e com a missão natural no lar";⁹⁹ a igualdade, no Código Civil, entre os dois sexos; e direitos políticos.¹⁰⁰

Neste texto programático de indiscutível relevância, já que é anterior à constituição da Liga e à convergência estratégica entre esta organização e o Partido Republicano Português, acabam por estar consubstanciadas as principais questões esgrimidas pelas mulheres na década seguinte (investigação da paternidade ilegítima; direito de a mulher dispor livremente dos bens próprios sem necessitar da autorização do marido; direito a eleger e ser elegível; a concessão do divórcio; acesso à educação e instrução), tendo algumas sido alvo da legislação do primeiro governo republicano.

Neste Congresso, "as aspirações da mulher, as mais radicais como as mais conservadoras, tiveram as honras de uma discussão que ficará memorável na história do feminismo em Portugal"¹⁰¹ e, para além do conteúdo da Tese, não deixa de ser significativo o largo espectro de intervenientes femininos, correspondendo a sensibilidades diferentes, o que não voltaria a suceder. Por exemplo, durante a sua discussão, Ermelinda Rodrigues, "com grande entusiasmo, defende o amor livre e condena em absoluto o casamento tal como ele se pratica na sociedade actual e que classifica de pantomina"¹⁰² e Maria Veleda propôs "que se envidem todos os esforços dos bons feministas, no sentido de conseguir que se organize um partido feminista português, tendo por principal objectivo a solidariedade com as operárias, e combatendo por todos os meios que se julgarem dignos e enérgicos a propaganda do feminismo anódino ou do feminismo reaccionário, ambos prejudiciais, um por que nada cria, outro porque fomenta a intriga, a perversidade e o desenvolvimento do perigo jesuítico".¹⁰³

Como se sabe, em Portugal, as relações entre o feminismo e o operariado foram bastante ténues, e a preocupação aqui manifestada pelas operárias cedo desapareceu dos discursos feministas, com raras excepções, entre as quais se conta Maria Veleda, em parte devido ao seu percurso pessoal, tendo muitas vezes convivido com a miséria.

Quase em simultâneo, realizou-se o Congresso de Instrução Primária, promovido pela Liga Nacional de Instrução, onde também participaram mulheres, algumas delas responsáveis pelas teses em discussão e, como alvitrou Ana de Castro Osório, "se ao congresso do Livre Pensamento muitas não terão coragem de ir, por não arcarem ostensivamente com vários preconceitos e crenças em que foram embaladas, com certeza não deixarão passar o da Liga de Instrução, que não tem uma orientação combativa e somente pedagógica e social".¹⁰⁴

A radicalização

Se, até 1908, as aspirações feministas envolviam um amplo consenso, com a radicalização política surgiram as fracturas, bem patentes na constituição da Liga

Republicana das Mulheres Portuguesas, que deixa de fora os nomes conotados com a Monarquia.

O feminismo apresentava então um discurso demasiado moderado para o espírito inquieto de Maria Veleda que, nesse período, passou a apelar ao derrube da Monarquia através do recurso à força, única forma de combater a violência vigente.

O plebiscito às mulheres portuguesas

A realização de um plebiscito às mulheres surgiu em Julho de 1908, na sequência da proposta de uma senhora, em carta dirigida à secção *A Tribuna Feminina*, do jornal *A República*, a qual foi prontamente aceite pelas suas responsáveis. Através desta audaciosa, procurava-se “apurar qual dos republicanos — deputados ou não deputados, chefes ou não chefes, tem maior número de votos de confiança e simpatia entre nós”,¹⁰⁵ sendo depois nomeada uma comissão, “composta de senhoras que se tenham manifestado democraticamente”,¹⁰⁶ para homenagear o eleito.

As respostas/votos, “indicando o nome do político preferido pelas suas qualidades de carácter, dotes oratórios e orientação filosófica”,¹⁰⁷ poderiam ser enviadas para Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Maria Clara Correia Alves e Maria Veleda, “todas democratas e colaboradoras da *Tribuna Feminina*”,¹⁰⁸ verificando-se que entre as votantes se destacaram muitas professoras e mulheres que vieram a distinguir-se na LRMP (Ana Laura Chaveiro Calhau,¹⁰⁹ Ilda Adelina Jorge,¹¹⁰ Judite Pontes Rodrigues, Lenia Pequito).¹¹¹

O plebiscito decorreu entre 8 de Julho e 30 de Setembro, votaram 834 mulheres, número indiscutivelmente muito significativo, e a escolha recaiu sobre António José de Almeida (252 votos), seguido de Afonso Costa (192 votos) e Fernão Botto Machado (124), o que deixou algo triste Maria Veleda, que “outro nome desejaríamos ver triunfante, porque António José d’Almeida não se interessou ainda bastante pelo ideal feminista, a ponto de granjear por esse motivo o aplauso da mulher portuguesa, havendo outros que têm trabalhado com verdadeiro entusiasmo em prol da nossa libertação”,¹¹² recaindo a sua preferência sobre Botto Machado, “porque é inegável que ninguém, ninguém se tem esforçado como ele por amor da causa feminista”.¹¹³

Embora se trate de uma consulta eminentemente política, acabando por ser menos inspirada por questões feministas do que por partidárias, o elevado número de votantes indica o grau de consciencialização das mulheres que não eram analfabetas e não pode ser dissociado da base numérica que vai sustentar, no início, a Liga.

A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas

Assim, em Agosto de 1908, estavam criadas as condições para a fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, sintetizando-as Fernão Botto Machado: “1.º) As mulheres, nos nossos Centros, são já quase tantas como os homens; 2.º) Já

não há jornal democrático, com fumaças de moderno, que não tenha secção especial para tratar da causa da mulher; 3.º) As senhoras começaram já de discursar até mesmo nos comícios; 4.º) O incomparável tribuno dr. António José d'Almeida acabava, numa conferência realizada no Centro Republicano das Mercês, de lançar a ideia da fundação duma 'Liga Democrática das Mulheres Portuguesas'".¹¹⁴

E, com esta organização, também se assumia a ruptura entre diferentes concepções do feminismo, não deixando Maria Veleda, no texto em que relata a sessão pública fundadora da Liga, de se interrogar sobre o paradeiro das intelectuais portuguesas: "Trata-se de organizar uma Liga feminina, e as senhoras que em Portugal defendem o feminismo, ou que têm ideias feministas, retraem-se? Porquê? Assustadas, não é verdade? Uma simples questão de palavras? Liga... republicana. Sim, isto será menos aristocrático e sobretudo menos parisiense do que La Paix et le Désarmement par les femmes, não deve ser obrigado a um jantar por ano, canções ao piano e serenata a luz da lua... mas é o acordar do espírito feminino em Portugal, é o acordar da energia feminina, é um grito de alerta no meio da noite sinistra e pavorosa, e a alma de um povo que se levanta, em aspirações de justiça e de igualdade".¹¹⁵ Não se poderia fazer uma alusão mais clara à separação dos percursos que as feministas trilhariam, sendo incompatível a permanência, lado a lado, de republicanas e monárquicas, estando Maria Veleda firmemente convencida de que o ideal feminista só poderia triunfar com a vitória da República.

A partir de 1908, foi o feminismo republicano aquele que ganhou supremacia, embora também não fosse homogêneo, coexistindo visões contraditórias, reflexo de estilos de liderança distintos. Em Julho de 1909, Adelaide Cabete e Carolina Beatriz Ângelo demitiram-se do comité português 'A paz e o desarmamento pelas Mulheres', enquanto Virgínia Quaresma passou a militar na Liga. Curiosamente, Maria Veleda e Madeleine Lacombe viriam a partilhar, anos mais tarde, a mesma crença no espiritismo.

Quanto ao percurso da LRMP, ele já foi suficientemente descrito noutra estudo, não cabendo aqui análise mais pormenorizada.¹¹⁶

* * *

Tal como refere Ana de Castro Osório, em Abril de 1908, "ora tendo as mulheres em Portugal despertado tarde para a luta feminista, que lá fora se vai travando há já umas boas dezenas de anos, não se pode dizer que tenha andado pouco nestes últimos tempos de propaganda".¹¹⁷ E, de facto, em escassos anos, aquele combate tinha passado de uma questão obscura, restrita a uma pequena elite, ao debate público, envolvendo diversas frentes de opinião.

Quando ocorre a implantação da República, havia já anos de intensa discussão e experiência associativa, que serviram para amadurecer concepções nem sempre concordantes. As feministas estavam em condições de se constituir como grupo de pressão e esta fez-se sentir logo no mês de Outubro quando, no dia 27, apresentaram o seu manifesto reivindicativo aos novos poderes políticos.¹¹⁸ No entanto, com o seu triunfo acentuaram-se as contradições entre as ideias feministas e as republicanas e, apesar dos reveses sofridos, as activistas mantiveram-se fiéis ao

novo regime. Ana de Castro Osório constituiu, de certa forma, a excepção, adoptando, na década de 20, um posicionamento fortemente crítico, sendo acusada, por Carlos de Magalhães Ferraz, de defender um regime presidencialista, em detrimento do parlamentarismo, na senda das ideias nacionalistas dos seus dois filhos.

Obviamente que a implantação dos feminismos em Portugal sofreu permanentes vicissitudes e foi muito complexa, tanto mais que coexistiram várias sensibilidades, que só de forma episódica convergiram nos seus principais objectivos. Se "as feministas não pertencem todas à mesma classe, nem se interessam todas pelos mesmos assuntos, nem sequer têm as mesmas crenças",¹¹⁹ onde "todas se unem e concordam é no desejo de conquistar para o próprio sexo a igualdade de direitos que acabe de vez com a intolerável arrogância de alguns masculinistas. As mulheres não advogam supremacias sexuais; pretendem a justa igualdade de direitos e deveres".¹²⁰

Só a continuação de estudos parcelares pode clarificar as posições em confronto, bem como a fragmentação do associativismo feminista num curto espaço de tempo.

Notas

- 1 Cf. Paulo Guinote, *Quotidianos Femininos (1900-1933)*, Lisboa, Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da CIDM, vol. I, p. 46.
- 2 Natural de Santarém, Alice Evelina Pestana Coelho (1860-1929) era também conhecida pelo pseudónimo de Caêl. Utilizou ainda os pseudónimos Célia Elevani, Eduardo Caêl e Cil. Notabilizou-se enquanto escritora e pedagoga, tendo casado com o professor espanhol Pedro Blanco Suárez e ido viver para Madrid. Colaborou nos periódicos *Correio da Noite*, *Diário de Notícias*, *Espectro da Granja*, *Folha do Povo*, *Repúblicas*, dirigido por Camilo Castelo Branco e Tomás Ribeiro, *O Século*, *O Tempo* e *Vanguarda*. Dirigiu a *Revista Branca* (1899-1900), dedicada aos pequenos e aos novos, e aparece colaboração sua na revista *Sociedade Futura* (1902). Dedicada aos estudo das questões pedagógicas, a par da sua criação literária, foi encarregue pelos governos da Monarquia de recolher elementos em diversos países (Suíça, França e Inglaterra) que conduzissem ao aperfeiçoamento do ensino secundário feminino. Já a residir em Espanha, foi encarregue pelo governo daquele país para estudar o método de ensino feminino seguido em Portugal. Assinou importantes textos feministas na imprensa portuguesa.
- 3 Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) publicou, em 1896, um conjunto de artigos em *O Comércio do Porto* sobre "O Congresso Feminista de Berlim", onde saiu em defesa da compatriota Louise Ey, que se tinha pronunciado sobre a situação da mulher portuguesa. Depois da implantação da República, foi nomeada Professora de Literatura Alemã da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911) e, em 1916, obteve o grau de doutor honoris causa por aquela Universidade, tornando-se na primeira mulher nomeada para uma cátedra

universitária. Devido ao seu contributo para a emancipação feminina, foi nomeada, logo em 1914, Presidente Honorária do Corpo Administrativo do CNMP. Quando faleceu, em 16/11/1925, a revista *Alma Feminina* dedicou-lhe um número especial, tendo convidado várias escritoras.

4 Embora alemã, Louise Ey viveu e trabalhou durante muitos anos em Portugal, nomeadamente no Porto, cidade onde travou amizade com Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Leccionou alemão e piano no nosso país e foi professora da Universidade de Hamburgo no período da 1.ª Guerra. Escreveu sobre Portugal; traduziu, para o alemão, obras de Almeida Garrett, António Correia de Oliveira, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Júlio Dantas e Trindade Coelho; e foi autora de dicionários envolvendo as duas línguas. Amiga íntima de Ana de Castro Osório, esta escritora não lhe regateou elogios num texto publicado no jornal *Vanguarda*, em Março de 1907, podendo-se consultar alguma correspondência entre ambas na BN, ACPC, Coleção Castro Osório (Esp. N12/232). Em resultado do conflito mundial de 1914-18, os seus bens foram confiscados, deixando-a numa situação económica difícil, tendo o CNMP intercedido várias vezes por ela. Apresentou, em 1896, no Congresso Feminista de Berlim, a 'Memória acerca da mulher portuguesa', onde denunciou o elevado número de mulheres analfabetas e o atraso da educação feminina, tendo as suas considerações sido mal recebidas pela imprensa portuguesa e motivaram Carolina Michaëlis de Vasconcelos a redigir, em O Comércio do Porto um conjunto de textos em defesa da compatriota (publicados entre 19 e 27 de Setembro do mesmo ano).

5 Sobre as primeiras agremiações femininas, cf. João Esteves, "Dos salões literários ao associativismo pacifista, feminista, maçónico, republicano e socialista", Comunicação apresentada no Colóquio Internacional 'Em Busca da História das Mulheres', 4.º Encontro da APIHM, Vila Nova de Gaia, Maio de 2001.

6 É fácil de constatar o impulso, a diversidade e a relevância que os Estudos Sobre as Mulheres têm tido em Portugal nos últimos anos, não se podendo dissociá-los da frequente realização de colóquios e encontros de carácter científico, nomeadamente os promovidos pela APEM e APIHM, e do papel que o Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, actualmente no seu quinto Curso e da responsabilidade da Universidade Aberta, tem desempenhado ao estimular um vasto conjunto de investigações pioneiras neste âmbito.

7 Um dos primeiros estudos sobre esta temática é da autoria de Dejanirah Couto-Potache, *Les Origines du Féminisme au Portugal*, e foi apresentado no Colóquio "Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle", realizado em Paris, em Janeiro de 1979. A separata encontra-se publicado pela Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1982.

8 Os periódicos da transição do século XIX estiveram durante muito tempo acessíveis a qualquer investigador, sem que tenham surgido trabalhos sobre a questão feminista, temática em voga na época e merecedora de cobertura por parte da imprensa. Actualmente, e com a degradação natural de muitas das colecções de jornais e revistas, a pesquisa tem sofrido limitações, que só a sua microfilmagem pode, em parte suprir. Nalguns casos, já não é possível recuperar registos, em resultado do manuseio e da qualidade do suporte documental.

- 9 Nesta fase da pesquisa, o essencial das fontes é composto pelos periódicos coevos e pela correspondência trocada por dirigentes feministas, nomeadamente a que se encontra na Coleção Castro Osório (BN, ACPC, Esp. N12) e no Arquivo Bernardino Machado em Vila Nova de Famalicão. Sobre alguma da documentação deste último Arquivo, cf. Elzira Machado Rosa, *A Educação Feminina na Obra Pedagógica de Bernardino Machado — Propostas a Favor da Igualdade e da Emancipação das Mulheres*, Museu Bernardino Machado — Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999. Também existirá diversa correspondência no Museu Maçónico, só que de acesso restrito, merecendo inventariação e análise pormenorizada, já que houve constante troca de missivas entre as feministas portuguesas e maçons e associações ou movimentos tuteladas por estes.
- 10 Regina Tavares da Silva é autora de quatro estudos fundamentais para quem se dedica à análise do feminismo português: *Feminismo em Portugal na Voz de Mulheres Escritoras do Início do Século XX*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, 1982; *Mulheres Portuguesas: vidas e obras celebradas: vidas e obras ignoradas* [em col. com Ana Vicente], Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991; "História no Feminino: os Movimentos Feministas em Portugal", *História de Portugal*, dir. de João Medina, Amadora, Ediclube, 1994, vol. XV, pp. 283-297; e *A Mulher. Bibliografia Portuguesa Anotada (1518-1998)*, com Prefácio de Maria de Lourdes Pintasilgo, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
- 11 De Ivone Leal cf. "Os papéis tradicionais femininos: continuidade e rupturas de meados do séc. XIX a meados do séc. XX", *A Mulher na Sociedade Portuguesa — Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Actas do Colóquio, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, vol. II, pp. 353-367; *Um Século de Periódicos Femininos: arrolamento de periódicos publicados entre 1807 e 1926*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1992; e *Fontes portuguesas para a história das mulheres* (coord. Ivone Leal), Lisboa, 1994.
- 12 Cf. *A Reivindicação do Voto no Programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*, Lisboa, *Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres*, 1994. Recentemente, a mesma autora apresentou, no ICS, a *Dissertação de Mestrado Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo (1945-1974)*.
- 13 Cf. *Mulheres para além do seu Tempo*, Venda Nova, Bertrand, 1995.
- 14 Para o período mais recente, existem os estudos de Maria José Magalhães, *Movimento Feminista e Educação, Portugal — Décadas de 70 e 80*, Oeiras, Celta, 1998; e de Manuela Tavares, *Movimentos de Mulheres em Portugal, Décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.
- 15 Sobre as origens do termo feminismo e a heterogeneidade de correntes, cf. o estudo teórico-metodológico de Anne Cova, "O Conceito de Feminismo Numa Perspectiva Histórica", *Estudos Sobre As Mulheres*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998, pp. 157-176.
- 16 Oliveira Martins escreveu, em 1888, no *Repórter*, sobre "Feminismo" (12/7/1888) e "Mulheres-Homens" (11/7/1888), encontrando-se ambos os textos coligidos em

- Dispersos*, tomo II, Lisboa, 1924, pp. 159-166 — cf. Joel Serrão: *Da situação da mulher portuguesa no século XIX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 18.
- 17 Provavelmente, trata-se da recolha de artigos publicados pela escritora e organizados por áreas temáticas, sendo a primeira dedicada ao Feminismo: I — Ser Feminista; II — Uma resposta [à carta de Gomes Pereira, publicada na Revista Amarela]; III — A Instrução.
- 18 Regina Tavares da Silva, "História no feminino: os movimentos feministas em Portugal", *História de Portugal* (dir. João Medina), Ediclube, 1993, vol. XV, p. 286.
- 19 *Idem, ibidem*. A mesma autora faz uma breve síntese de Às Mulheres Portuguesas no seu livro *A Mulher. Bibliografia Portuguesa Anotada (1518-1998)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp. 243-244.
- 20 Poetisa, natural do Porto, onde conviveu com António Nobre, Hamilton de Araújo e António Fogaça, Albertina Paraíso estudou na Academia das Belas-Artes, foi professora de Desenho e Línguas e colaborou em diversos periódicos, nomeadamente *A Capital*, *O Dia*, *Novidades* e *O Século*. Frequentou o salão de Maria Amália Vaz de Carvalho e pugnou pela defesa dos direitos das mulheres, tendo fundado e dirigido revistas femininas: *Almanaque das Senhoras Portuenses* (1886); *O Perfume* (1905); *Alma Feminina* (6/5/1907-1908) e *Jornal da Mulher* (1910-1912). Também fez traduções e dedicou-se aos estudos etnográficos. Integrou associações pacifistas e, em 1909, foi uma das apoiantes da aprovação da lei do divórcio, campanha desenvolvida pela LRMP.
- 21 Professora e poetisa natural de Viseu, Beatriz Paes Pinheiro de Lemos (1872-1922) interessou-se pelos problemas da educação e ensino e pertenceu ao grupo de feministas que girava em torno de Ana de Castro Osório, de quem era amiga e com quem manteve correspondência. Notabilizou-se como propagandista republicana, nomeadamente na última fase da Monarquia, criticou asperamente a educação e enfermagem congreganista e militou na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e na Associação de Propaganda Feminista. Iniciou-se, em 1916, na Maçonaria, na Loja Carolina Ângelo, adoptando o nome simbólico de Clemence Roger.
- 22 Professora, médica e poetisa, Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho (1871-1966) foi a primeira mulher a frequentar a Universidade de Coimbra, tendo concluído, com distinção, os Cursos de Matemática, Filosofia e Medicina (1899-1904). Embora tenha trabalhado na Assistência Nacional aos Tuberculosos e exercido clínica geral em Lisboa, dedicou-se essencialmente ao ensino, tendo sido, entre Fevereiro de 1906 e Novembro de 1912, reitora do Liceu Maria Pia. A sua intervenção pública, de cariz fortemente conservador, atravessou regimes tão diferenciados como a Monarquia, a República e o Estado Novo e foi uma das opositoras mais acérrimas das ideias feministas, tendo-se mostrado contrária, durante a 1.ª República, à concessão do sufrágio feminino. No entanto, foi esta católica praticante, identificada com os princípios políticos do Estado Novo, uma das três deputadas escolhidas por Oliveira Salazar para integrar a Assembleia Nacional em 1934, sendo reconduzida em 1938 e 1941. No entanto, em 1909 tinha sido favorável à aprovação da Lei do Divórcio e pertenceu às direcções de agremiações femininas pacifistas.

- 23 Escritora, Olga Moraes Sarmiento da Silveira (1881-1948) perfilhou, durante a primeira década do século XX, as ideias feministas, tendo sido redactora e directora da revista *Sociedade Futura* (1902-1904). Apesar de monárquica convicta, foi amiga de Ana de Castro Osório e conviveu com outras feministas republicanas, nomeadamente nos serões literários e nas organizações pacifistas, surgindo a ruptura ainda antes da implantação da República, quando os campos se começaram a extremar. Em 1909, apoiou a campanha a favor da aprovação da lei do divórcio, tendo Alberto Bramão e o jornal *O Mundo* disso dado conta mas, depois da implantação da República, foi severamente criticada devido às declarações elogiosas proferidas no Brasil a favor da Rainha D. Amélia. Deixou escritas as suas Memórias.
- 24 Médica, Maria do Carmo Lopes foi uma prestigiada activista do pacifismo e do feminismo durante a 1.ª década do século XX. Natural de Margão, Diocese de Goa, matriculou-se na Escola Politécnica de Lisboa em 1893, quando tinha 18 anos, e frequentou, de seguida, a Escola Médico-Cirúrgica. Foi subscritora da *Obra Maternal* e uma das principais fundadoras da Associação de Propaganda Feminista (1911) e da Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino (1912).
- 25 Cf. João Esteves, "Professoras e educadoras na construção do movimento feminista em Portugal (1898-1928)", Comunicação ao III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Coimbra, Fevereiro de 2000.
- 26 Professora primária, Ermelinda Rodrigues casou com José Fontana da Silveira e pertenceu ao reduzido grupo de professoras que transportou para a militância feminista reflexões pedagógicas sobre a instrução das crianças. Aderiu à Associação de Propaganda Feminista, de que foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em 1916, e foi vogal da comissão dirigente da 'Empresa de Propaganda Feminista e Defesa dos Direitos da Mulher', responsável pela edição do jornal *A Semeadora*. Autora de um pequeno livro de contos educativos ilustrados, distribuído gratuitamente pelas crianças e escolas, colaborou nos periódicos *Asas Brancas*, *O Papagaio*, *A Voz do Operário* e *Revista Infantil*. Iniciada na Maçonaria em 1916, integrou a Loja Carolina Ângelo do G. O. L. U., com o nome simbólico de Inês Perez. No ano seguinte fez parte da comissão que procurou instituir as Ligas de Bondade.
- 27 Professora primária, Lucinda Tavares evidenciou-se nas movimentações sociais e políticas que antecederam o derrube da Monarquia, manifestando-se anticlerical e adepta do livre-pensamento. Foi militante feminista, participou na vida associativa do professorado e preocupou-se com as questões pedagógicas a partir de 1907. Ainda durante a Monarquia, interveio regularmente nas actividades da Associação do Registo Civil e da Junta Federal do Livre Pensamento e no Congresso Nacional, organizado em Abril de 1908, participou no debate sobre a Tese da Instrução Pública, onde assumiu as posições libertárias e pugnou por uma educação racionalista e integral.
- 28 Professora, natural de Beja, Deolinda Lopes Vieira especializou-se no ensino infantil e exerceu a profissão na Escola Oficina n.º 1. Interveio em actividades do livre-pensamento, evidenciou-se no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

durante a década de 20 e foi iniciada na Maçonaria em 1923, tendo integrado a Loja Humanidade do Direito Humano, com o nome simbólico de Igualdade. Para além das intervenções em reuniões dedicadas aos problemas educativos e associativos, foi essencialmente através da imprensa que expôs o seu pensamento. Era casada com Pinto Quartín e faleceu em Lisboa, em 1993, com 104 anos de idade.

- 29 Cf. a intervenção de Berta Bessone Alves no 3.º Encontro da APIHM, realizado em 10 de Abril de 2000, dedicada a Deolinda Lopes Vieira, havendo igualmente referências a Lucinda Tavares, amiga e uma das poucas companheira de percurso: "Deolinda Lopes Vieira, uma professora libertária".
- 30 Natural de Elvas, Virgínia Sofia da Guerra Quaresma (1882-1973) era diplomada pela Escola Normal de Lisboa e pelo Curso Superior de Letras e distinguiu-se como jornalista, tanto na imprensa feminina, como nos jornais diários de expansão nacional. Foi, aliás, a primeira mulher que exerceu essa profissão no país, notabilizando-se na reportagem de acontecimentos políticos. Ainda que praticamente ignorado, o seu nome é indissociável da primeira fase do movimento feminista português, tendo colaborado, a partir de 1906, na secção *Jornal da Mulher* (*O Mundo*), onde assinou textos em defesa do feminismo e manteve uma esclarecedora polémica com Maria Veleda; foi redactora principal e Secretária da Redacção da revista *Alma Feminina* (1907-08), dirigida por Albertina Paraíso; endossou, ao ministério do reino, uma carta contestando a exclusão de estudantes do sexo feminino do pensionato ao estrangeiro (1907); e em 1909, segundo a *Revista Pedagógica*, acumulava as funções de co-redactora do jornal *O Século* com as de professora de instrução secundária da Real Casa Pia. Foi ainda activista do pacifismo, participou em numerosas sessões de propaganda realizadas nos Centros Escolares Republicanos e militou na LRMP, ainda que nunca tenha desempenhado qualquer cargo dirigente. Pouco depois da implantação da República, partiu para o Rio de Janeiro, de onde regressou em finais de 1915, e foi directora da sucursal, em Lisboa, da Agência Americana de Notícias. Refira-se que está em curso uma investigação exaustiva por Maria Augusta Seixas que, inclusive através do recurso a fontes orais, tem procurado reconstituir o seu percurso enquanto cidadã, pacifista, feminista e primeira jornalista com carteira profissional.
- 31 Virgínia Quaresma, "*Jornal da Mulher: Crónica feminista*", *O Mundo*, 9/2/1907, p. 4, col. 2.
- 32 *Idem, ibidem*, col. 3.
- 33 *Idem, ibidem*, col. 4.
- 34 *Idem, ibidem*.
- 35 *Idem, ibidem*.
- 36 *Idem, ibidem*, cols. 4-5.
- 37 Virgínia Quaresma, "*Jornal da Mulher: Feminismo e feministas...*", *O Mundo*, 7/2/1908, p. 5, cols. 1-2.
- 38 Professora, publicista, conferencista e jornalista, Maria Clara Correia Alves (1869-1948) desde cedo aderiu à propaganda republicana, tendo sido das mais importantes oradoras durante a Monarquia. Interveio nos Congressos do Livre Pensamento (1908 e 1910); militou na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas;

- participou na grande manifestação anticlerical promovida pela Junta Liberal, em Agosto de 1909; colaborou com a Associação do Registo Civil e a Junta Federal do Livre Pensamento; e discursou em sessões promovidas pelos Centros Republicanos (Centros Afonso Costa, António José de Almeida, Fernão Boto Machado, Belém). Pronunciou-se a favor da promulgação da Lei do Divórcio, incorporando a campanha que a exigiu, e colaborou nos periódicos *O Amigo da Infância/O Amigo da Verdade* e da *Infância, Alma Feminina, O Comércio do Porto, A Mulher e a Criança, A Madrugada, República e Vanguarda*. Mas foi no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas que atingiu maior projecção, ao desempenhar os cargos de Secretária-Geral (1914-15, 1917) e de Vice-Presidente da Direcção (1921) e ao revelar-se como a principal ideóloga na primeira fase da organização, tendo dirigido a respectiva imprensa desde a sua fundação, em 1914, até Dezembro de 1919. Para além de ser a responsável por muitos dos editoriais, assinou ainda artigos com o pseudónimo de Isabel de Malta, manteve correspondência com as dirigentes internacionais, proferiu conferências de âmbito educativo e representou o Conselho em numerosos eventos. A sua intervenção nos trabalhos associativos extinguiu-se praticamente a partir de 1921. Uma das últimas intervenções conhecidas foi no Congresso Nacional de Educação Popular, promovido pela Universidade Livre em Abril de 1922, onde dissertou sobre a função das cantinas escolares. Maria Clara Correia Alves foi também uma das faces visíveis da Loja Humanidade, representando-a em eventos, antes e depois da implantação da República.
- 39 Cf. "Jornal da Mulher: Crónica feminista", *O Mundo*, 16/3/1907, p. 4, cols. 1-5. Esta crónica não só noticiou a possibilidade da criação dessa cadeira na nova Universidade, até como contraponto ao que estava a acontecer em Coimbra, como inseriu uma pequena entrevista a V. Quaresma sobre tal hipótese.
- 40 Casada com João Viegas de Paulo Nogueira, Jeanne de Almeida Nogueira desenvolveu actividade continuada nas associações de mulheres da 1.ª década do século XX. Desempenhou funções na Liga Portuguesa da Paz, dirigida por Alice Pestana; foi sócia benemérita do Comité Português da associação 'La Paix et le Désarmement par les Femmes'; militou na LRMP, onde regeu um Curso de Francês para as sócias; e foi uma das fundadoras da APF.
- 41 Esta agremiação foi estudada por João Esteves no livro *As Origens do Sufragismo Português — A primeira organização sufragista portuguesa: a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998.
- 42 Cf. BN, Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea, Coleção Castro Osório, Esp. N12/96 — carta de Alice Pestana a Ana de Castro Osório, de 28/11/1899, e respectiva resposta, datada de Dezembro do mesmo ano.
- 43 Em Novembro de 1910, e na sequência da revolução republicana, Emília Patacho foi acusada, em carta ao jornal *O Mundo*, de ter participado no congresso católico reunido na Graça e ter feito um discurso muito reaccionário.
- 44 Cf. "Pela Paz!", *Vanguarda*, 19/5/1906, p. 1, cols. 5-6 e p. 2, col. 1.
- 45 Cf. Virgínia Quaresma, "Feminismo", *Vanguarda*, 28/5/1906, p. 2, col. 4.
- 46 Cf. Olga Moraes Sarmento da Silveira, *Problema Feminista*, Lisboa, 1906, 42 pp.
- 47 *Idem, ibidem*, p. 9.

- 48 *Idem, ibidem*, p. 9.
- 49 A carta que continha o convite de Sylvie Flammarion a Madame Lacombe foi publicada em diversos periódicos da época — cf., por exemplo, “O pacifismo em Portugal”, *Vanguarda*, 15/12/1906, p. 1, cols. 4-5.
- 50 Cf. “A propagação do pacifismo em Portugal”, *Vanguarda*, 9/12/1906, p. 5, cols. 3-4; e “*Jornal da Mulher*: Grupo auxiliar em Portugal da Associação a Paz e o Desarmamento pelas Mulheres”, *O Mundo*, 10/12/1906, p. 4.
- 51 “*Jornal da Mulher*: Grupo auxiliar em Portugal da Associação a Paz e o Desarmamento pelas Mulheres”, *O Mundo*, 10/12/1906, p. 4, col. 3.
- 52 BN, ACPC, A/311 — Carta de Albertina Paraíso a Ana de Castro Osório, s/d.
- 53 *Ibidem*.
- 54 As duas médicas apresentaram a sua demissão, por carta, na reunião de 2 de Julho de 1909.
- 55 “*Jornal da Mulher*: Crónica feminista. O pacifismo em Portugal”, *O Mundo*, 26/2/1907, p. 4, col. 3.
- 56 Sobre a importância da imprensa como fonte privilegiada para o estudo do feminismo português, cf. João Esteves, “O movimento feminista em Portugal: Periódicos (1899-1928)”, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 1 e 2, Lisboa, 1999, pp. 185-196.
- 57 Beatriz Pinheiro, “Chronica”, *Ave Azul*, n.º 8, 15/8/1899, p. 324.
- 58 Cf. Maria Veleda, “A emancipação feminina”, *Ave Azul*, n.º 8/9, Agosto e Setembro de 1900, pp. 449-452.
- 59 A carta de Albertina Paraíso a Ana de Castro Osório, onde lhe solicita, a pedido da Administração da Alma Feminina, que faça um preço razoável pelos seus artigos, “em harmonia com as dificuldades dum jornal ou duma revista q. começa”, foi redigida em papel timbrado da associação ‘La Paix et le Désarmement par les Femmes’ — cf. BN, ACPC, A/.
- 60 Lucinda Tavares, “*Jornal da Mulher*: O que nós entendemos por feminismo”, *O Mundo*, 13/6/1907, p. 5, col. 4.
- 61 *Idem, ibidem*.
- 62 A minuciosa recolha bibliográfica de Regina Tavares da Silva é elucidativa quanto a este vazio.
- 63 “*Jornal da Mulher*”, *O Mundo*, 25/6/1906, p. 2, cols. 2.
- 64 *Ibidem*.
- 65 *Ibidem*.
- 66 *Ibidem*.
- 67 Virgínia Quaresma, “As pseudo-feministas (À carta da sr.ª D. Maria Veleda)”, *Vanguarda*, 29/7/1906, p. 2, col. 3.
- 68 Lucinda Tavares, “Solidariedade feminina”, *O Mundo*, 14/5/1907, p. 4, col. 3.
- 69 Lucinda Tavares, “O que nós entendemos por feminismo”, *O Mundo*, 13/6/1907, p. 5, col. 1.
- 70 *Idem, ibidem*, cols. 3-4.
- 71 *Idem, ibidem*, col. 3.
- 72 Albertina Paraíso, em carta a Ana de Castro Osório, dá conta da desconfiança que Carolina Beatriz Ângelo e Maria Veleda nutriam por Virgínia Quaresma — cf. BN, ACPC, A/311.

- 73 Acerca da polémica travada entre Maria Veleda e Virgínia Quaresma, cf. o jornal *Vanguarda*: Virgínia Quaresma: "As pseudo-feministas", 29/7/1906, p. 2, col. 3; Maria Veleda: "Bagatelas...", 30/7/1906, p. 2, col. 2; V. Quaresma: "Ainda as pseudo-feministas", 6/8/1906, p. 2, col. 5; e M. Veleda: "Carta aberta", 10/8/1906, p. 2, col. 4. Infelizmente, a coleção da Biblioteca Nacional não contém a página do texto de Maria Veleda que deu origem às subseqüentes reacções.
- 74 Entre as figuras inseridas na 'Galeria Feminista' da *Vanguarda*, destacam-se: Carmen de Burgos y Seguí (24/5/1906, p. 1, col. 4); Cláudia de Campos (25/5/1906, p. 1, col. 4); Lisa Lualdi (6/6/1906, p. 1, col. 5); Belén Sarraga de Ferrero (7/6/1906, p. 1, cols. 4-5); Avril de Saint-Croix (27/6/1906, p. 1, col. 5); Melchora Herrero de Vidal (5/9/1906, p. 1, col. 5); Emília Pardo Bazan (3/11/1906, p. 1, col. 5); Louise Ey (16/3/1907, p. 1, cols. 4-5 e 18/3/1907, p. 2, cols. 4-5); Ilda Jorge (28/7/1907, p. 5, col. 2).
- 75 "O pacifismo em Portugal", *Vanguarda*, 2/3/1907, p. 2, col. 2.
- 76 Doméstica, natural de Tomar, Maria Emília de Carvalho Gonçalves era filha, irmã e esposa de republicanos e foi, entre 1909 e 1915, uma das principais dinamizadoras do núcleo local da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Revelou-se apologeta do divórcio e representou as sócias de Tomar na jornada promovida pela Junta Liberal em Agosto de 1909, considerando que a mulher se devia ocupar de todas as questões que interessassem o país. Foi iniciada na Maçonaria, em 1922, com o nome simbólico de Esperança, e pertenceu às Lojas Humanidade, do Grande Oriente Lusitano Unido, e Humanidade do Direito Humano. A partir desse mesmo ano, e quando já vivia em Lisboa, tornou-se, durante duas décadas, numa das mais importantes referências do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Pertenceu ao Conselho Fiscal (1922-25, 1932-34, 1936-42), foi Vogal da Direcção (1931) e trabalhou como Adjunta da Presidente da Secção de Emigração (1931).
- 77 Maria Veleda, "A propósito...", *Vanguarda*, 9/2/1908, p. 1, col. 4.
- 78 Cf. "Mensagem a Maria Veleda", *Vanguarda*, 20/2/1908, p. 1, col. 3.
- 79 Ana de Castro Osório, "Por Alto", *A República*, 19/3/1908, p. 2, col. 2.
- 80 *Idem, ibidem.*
- 81 "A Tribuna Feminina", *A República*, 1/6/1908, p. 2, col. 6.
- 82 *Ibidem.*
- 83 *Ibidem.*
- 84 *Ibidem*, p. 2, col. 1.
- 85 A médica Sofia Quintino não pode ser englobada no grupo de mulheres republicanas, embora tenha participado no Congresso Nacional do Livre Pensamento de 1908 e colaborado com algumas das organizações feministas.
- 86 Cf. "A Tribuna Feminina", *A República*, 24/7/1908, p. 3, col. 1.
- 87 Retirado d' *A Educação Cívica da Mulher*, conferência de Ana de Castro Osório no Centro Escolar Afonso Costa, publicada sob a égide do Grupo Português de Estudos Feministas. Este folheto pode ser consultado na Biblioteca da CIDM — cf. Maria Regina Tavares da Silva: *A Mulher. Bibliografia Portuguesa Anotada (1518-1998)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, p. 244.
- 88 *Ibidem.*

- 89 Cf. "A Tribuna Feminina — Grupo Português de Estudos Feministas", *A República*, 16/7/1908, p. 1, col. 6.
- 90 Cf. "A Tribuna Feminina", *A República*, 24/7/1908, p. 3, col. 1.
- 91 "Jornal da Mulher: O congresso feminino de Paris — O que farão as feministas portuguesas?", *O Mundo*, 18/7/1908, p. 5, col. 2.
- 92 Na sequência da sua participação no Congresso, Amélia Levy foi indigitada para integrar a comissão de propagação da Junta Federal do Livre Pensamento. Posteriormente, e no mesmo ano, interveio noutras reuniões, nomeadamente naquelas destinadas a organizar a homenagem a Heliodoro Salgado.
- 93 Ana Maria Gonçalves Dias pertence ao grupo de professoras dos Centros Escolares Republicanos que desenvolveu, ainda durante a Monarquia, intensa actividade em prol da causa republicana e do livre-pensamento. Foi a primeira mulher a ser filiada na Associação do Registo Civil e, devido ao seu prestígio, secretariou o grande comício anticlerical de Agosto de 1909, promovido pela Junta Liberal, integrando a delegação que entregou no Parlamento a representação aprovada. Docente do Centro Republicano Bernardino Machado, dinamizou as reuniões de protesto pela prisão, em Espanha, do pedagogo Francisco Ferrer e militou na Liga Republicana desde a sua fundação até 1915. Representou esta agremiação no Congresso Republicano do Porto (Abril de 1910), onde interveio, integrou a Obra Maternal, foi editora da revista *A Mulher e a Criança* (1910-11) e do jornal *A Madrugada* (1911-15) e soube aliar a luta política às preocupações educativas, tornando-se, apesar da sua idade, das mais activas nos anos que antecederam a implantação da República.
- 94 Professora, Judite Pontes Rodrigues foi das companheiras mais próximas de Maria Velede e participou, durante a Monarquia, na propagação republicana e do livre-pensamento. Leccionou, juntamente com Lucinda Tavares e Maria Luísa Baptista, na escola diurna de instrução primária para ambos os sexos do Centro Fernão Botto Machado (1909-10), participou em sessões organizadas pelo Grémio Humanidade e foi activista da Liga Republicana desde a sua fundação, sendo das sócias mais dinâmicas até 1912. Aderiu ao Grupo das Treze (1911), criado com o objectivo de combater as superstições que afectavam a mulher portuguesa, e desempenhou funções na direcção da Obra Maternal (1910-12).
- 95 O jornal *O Mundo* publicou, na 1.ª página, a fotografia do "Grupo de senhoras congressistas" (21/4/1908). Ana de Castro Osório não pôde estar presente.
- 96 Esta Tese foi apresentada e debatida na sessão nocturna do dia 21 de Abril, tendo sido propostas várias emendas. A discussão continuou no dia seguinte.
- 97 "Congresso Nacional do Livre Pensamento", *O Mundo*, 22/4/1908, p. 3, col. 3.
- 98 *Ibidem*.
- 99 *Ibidem*.
- 100 Existe o Relatório e Teses apresentadas ao Congresso Nacional do Livre Pensamento, realizado em Lisboa em 19, 20, 21, 22 e 26 de Abril de 1908, ed. Da Associação Propagadora da Lei do Registo Civil, Lisboa, 1908 — cf. A. H. de Oliveira Marques, *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981, p. 364.
- 101 Ana de Castro Osório, "Por Alto — A caminhada", *A República*, 27/4/1908, p. 2, col. 3.

- 73 Acerca da polémica travada entre Maria Veleda e Virgínia Quaresma, cf. o jornal *Vanguarda*: Virgínia Quaresma: "As pseudo-feministas", 29/7/1906, p. 2, col. 3; Maria Veleda: "Bagatelas...", 30/7/1906, p. 2, col. 2; V. Quaresma: "Ainda as pseudo-feministas", 6/8/1906, p. 2, col. 5; e M. Veleda: "Carta aberta", 10/8/1906, p. 2, col. 4. Infelizmente, a colecção da Biblioteca Nacional não contém a página do texto de Maria Veleda que deu origem às subsequentes reacções.
- 74 Entre as figuras inseridas na 'Galeria Feminista' da *Vanguarda*, destacam-se: Carmen de Burgos y Segui (24/5/1906, p. 1, col. 4); Claudia de Campos (25/5/1906, p. 1, col. 4); Lisa Lualdi (6/6/1906, p. 1, col. 5); Belén Sarraga de Ferrero (7/6/1906, p. 1, cols. 4-5); Avril de Saint-Croix (27/6/1906, p. 1, col. 5); Melchora Herrero de Vidal (5/9/1906, p. 1, col. 5); Emilia Pardo Bazan (3/11/1906, p. 1, col. 5); Louise Ey (16/3/1907, p. 1, cols. 4-5 e 18/3/1907, p. 2, cols. 4-5); Ilda Jorge (28/7/1907, p. 5, col. 2).
- 75 "O pacifismo em Portugal", *Vanguarda*, 2/3/1907, p. 2, col. 2.
- 76 Doméstica, natural de Tomar, Maria Emília de Carvalho Gonçalves era filha, irmã e esposa de republicanos e foi, entre 1909 e 1915, uma das principais dinamizadoras do núcleo local da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Revelou-se apologista do divórcio e representou as sócias de Tomar na jornada promovida pela Junta Liberal em Agosto de 1909, considerando que a mulher se devia ocupar de todas as questões que interessassem o país. Foi iniciada na Maçonaria, em 1922, com o nome simbólico de Esperança, e pertenceu às Lojas Humanidade, do Grande Oriente Lusitano Unido, e Humanidade do Direito Humano. A partir desse mesmo ano, e quando já vivia em Lisboa, tornou-se, durante duas décadas, numa das mais importantes referências do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Pertenceu ao Conselho Fiscal (1922-25, 1932-34, 1936-42), foi Vogal da Direcção (1931) e trabalhou como Adjunta da Presidente da Secção de Emigração (1931).
- 77 Maria Veleda, "A propósito...", *Vanguarda*, 9/2/1908, p. 1, col. 4.
- 78 Cf. "Mensagem a Maria Veleda", *Vanguarda*, 20/2/1908, p. 1, col. 3.
- 79 Ana de Castro Osório, "Por Alto", *A República*, 19/3/1908, p. 2, col. 2.
- 80 *Idem, ibidem*.
- 81 "A Tribuna Feminina", *A República*, 1/6/1908, p. 2, col. 6.
- 82 *Ibidem*.
- 83 *Ibidem*.
- 84 *Ibidem*, p. 2, col. 1.
- 85 A médica Sofia Quintino não pode ser englobada no grupo de mulheres republicanistas, embora tenha participado no Congresso Nacional do Livre Pensamento de 1908 e colaborado com algumas das organizações feministas.
- 86 Cf. "A Tribuna Feminina", *A República*, 24/7/1908, p. 3, col. 1.
- 87 Retirado d' *A Educação Cívica da Mulher*, conferência de Ana de Castro Osório no Centro Escolar Afonso Costa, publicada sob a égide do Grupo Português de Estudos Feministas. Este folheto pode ser consultado na Biblioteca da CIDM — cf. Maria Regina Tavares da Silva: *A Mulher. Bibliografia Portuguesa Anotada (1518-1998)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, p. 244.
- 88 *Ibidem*.

- 89 Cf. "A *Tribuna Feminina* — Grupo Português de Estudos Feministas", *A República*,
16/7/1908, p. 1, col. 6.
- 90 Cf. "A *Tribuna Feminina*", *A República*, 24/7/1908, p. 3, col. 1.
- 91 "*Jornal da Mulher: O congresso feminino de Paris — O que farão as feministas
portuguesas?*", *O Mundo*, 18/7/1908, p. 5, col. 2.
- 92 Na sequência da sua participação no Congresso, Amélia Levy foi indigitada para
integrar a comissão de propaganda da Junta Federal do Livre Pensamento.
Posteriormente, e no mesmo ano, interveio noutras reuniões, nomeadamente
naquelas destinadas a organizar a homenagem a Heliodoro Salgado.
- 93 Ana Maria Gonçalves Dias pertence ao grupo de professoras dos Centros Escolares
Republicanos que desenvolveu, ainda durante a Monarquia, intensa actividade em
prol da causa republicana e do livre-pensamento. Foi a primeira mulher a ser
filiada na Associação do Registo Civil e, devido ao seu prestígio, secretariou o
grande comício anticlerical de Agosto de 1909, promovido pela Junta Liberal,
integrando a delegação que entregou no Parlamento a representação aprovada.
Docente do Centro Republicano Bernardino Machado, dinamizou as reuniões de
protesto pela prisão, em Espanha, do pedagogo Francisco Ferrer e militou na Liga
Republicana desde a sua fundação até 1915. Representou esta agremiação no
Congresso Republicano do Porto (Abril de 1910), onde interveio, integrou a *Obra
Maternal*, foi editora da revista *A Mulher e a Criança* (1910-11) e do jornal *A
Madrugada* (1911-15) e soube aliar a luta política às preocupações educativas,
tornando-se, apesar da sua idade, das mais activas nos anos que antecederam a
implantação da República.
- 94 Professora, Judite Pontes Rodrigues foi das companheiras mais próximas de Maria
Veleda e participou, durante a Monarquia, na propaganda republicana e do
livre-pensamento. Leccionou, juntamente com Lucinda Tavares e Maria Luísa
Baptista, na escola diurna de instrução primária para ambos os sexos do Centro
Fernão Botto Machado (1909-10), participou em sessões organizadas pelo Grémio
Humanidade e foi activista da Liga Republicana desde a sua fundação, sendo das
sócias mais dinâmicas até 1912. Aderiu ao Grupo das Treze (1911), criado com o
objectivo de combater as superstições que afectavam a mulher portuguesa, e
desempenhou funções na direcção da *Obra Maternal* (1910-12).
- 95 O jornal *O Mundo* publicou, na 1.ª página, a fotografia do "Grupo de senhoras
congressistas" (21/4/1908). Ana de Castro Osório não pôde estar presente.
- 96 Esta Tese foi apresentada e debatida na sessão nocturna do dia 21 de Abril, tendo
sido propostas várias emendas. A discussão continuou no dia seguinte.
- 97 "*Congresso Nacional do Livre Pensamento*", *O Mundo*, 22/4/1908, p. 3, col. 3.
- 98 *Ibidem.*
- 99 *Ibidem.*
- 100 Existe o Relatório e Teses apresentadas ao Congresso Nacional do Livre
Pensamento, realizado em Lisboa em 19, 20, 21, 22 e 26 de Abril de 1908, ed. Da
Associação Propagadora da Lei do Registo Civil, Lisboa, 1908 — cf. A. H. de
Oliveira Marques, *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial
Estampa, 1981, p. 364.
- 101 Ana de Castro Osório, "Por Alto — A caminhada", *A República*, 27/4/1908, p. 2, col. 3.

- 102 "Congresso Nacional do Livre Pensamento", *A República*, 22/4/1908, p. 2, col. 5.
- 103 "Livre-pensamento", *Vanguarda*, 22/4/1908, p. 2, col. 2.
- 104 Ana de Castro Osório, "Por Alto — Congressos e feminismo", *A República*, 20/4/1908, p. 2, cols. 3.
- 105 "A Tribuna Feminina", *A República*, 8/7/1908, p. 1, col. 6.
- 106 *Ibidem*.
- 107 *Ibidem*, p. 2, col. 1.
- 108 *Ibidem*.
- 109 Ana Laura Chaveiro Calhau residia em Igrejinha (Évora) e militou na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas desde a sua fundação.
- 110 Ilda Adelina Jorge de Bulhão Pato foi das primeiras defensoras da implementação de Escolas Maternais em Portugal e exerceu, em 1907 e 1908, o cargo de professora pelo método João de Deus na cidade de Setúbal, depois de ter sido habilitada por D. Guilhermina de Bataglia Ramos, viúva do poeta. Posteriormente, tornou-se professora do Grémio Republicano de Alcântara e foi militante da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e da Associação de Propaganda Feminista. Depois de ter pertencido à comissão de propaganda dos Jardins-Escolas, desempenhou, a partir de 1920, o cargo de diretora da Escola Maternal da Ajuda, instituição dependente da Provedoria da Assistência de Lisboa. Em 1938, foi noticiada a sua filiação no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, tendo integrado, no ano seguinte, a Secção Jurídica, presidida por Elina Guimarães.
- 111 Proprietária, Lenia Loyo Pequito pertenceu à Liga Republicana, à Obra Maternal e ao Grupo das Treze. Foi administradora da revista *A Mulher e a Criança* e do jornal *A Madrugada*. Em 1915, filiou-se na Associação Feminina de Propaganda Democrática.
- 112 Maria Veleda, "A Tribuna Feminina — O plebiscito das mulheres portuguesas", *A República*, 10/10/1908, p. 2, col. 5.
- 113 *Idem, ibidem*.
- 114 Fernão Botto Machado, "Liga Democrática das Mulheres Portuguesas", *Vanguarda*, 2/8/1908, p. 1, col. 2.
- 115 Maria Veleda, "A Tribuna Feminina — Liga republicana das mulheres portuguesas", *A República*, 29/8/1908, p. 2, col. 4.
- 116 Cf. João Esteves, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas — uma organização política e feminista (1909-1919)*, Lisboa, ONG do Conselho Consultivo da CIDM, 1992.
- 117 Ana de Castro Osório, "Por Alto — Congressos e feminismo", *A República*, 20/4/1908, p. 2, col. 3.
- 118 Sobre as exigências das mulheres nas primeiras duas décadas do século XX, cf. João Esteves, "Reivindicações Feministas na 1.ª República", Comunicação ao 3.º Encontro da APIHM, Abril de 2000.
- 119 Ana de Castro Osório, "Jornal da Mulher — A mulher operária e o feminismo", *O Mundo*, 18/5/1908, p. 4, cols. 2.
- 120 *Idem, ibidem*, cols. 2-3.